

**SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E SENHORA LUCIANE ANGELA NOTTAR  
NESELLO, SUBSCRITORA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 74/2020, DO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC**

SÚMULA Nº 473 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: " A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR OS SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNEM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIÇÃO JUDICIAL"

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2020 – FMS**

**DEL SERVIÇOS ELETROMECCÂNICOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.816.867/0001-85, com sede na Rua José Pereira Liberato, nº 987, bairro São João, Itajaí/SC, CEP 88.303-401, E-mail: [del@deltecnologia.com.br](mailto:del@deltecnologia.com.br), vem, respeitosa e tempestivamente, com fundamento nas Leis 8.666/93 e 10.520/02, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, pelos fatos e fundamentos que seguem:

**1. TEMPESTIVIDADE**

A legislação atinente ao Pregão Presencial dispõe que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o instrumento convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

Acerca do tema, o Subitem 8.1.1, do Edital, estabelece que:

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas (artigo 110 da Lei Federal nº 8666/93).

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: [contato@deltecnologia.com.br](mailto:contato@deltecnologia.com.br)

Consoante se infere do instrumento convocatório, a data de abertura está prevista para o dia 29/1/2021 e, assim sendo, o prazo estipulado pela Administração Pública encerrar-se-á no dia 27/1/2021.

A presente medida é, portanto, tempestiva.

Ainda, caso a Administração entenda de forma diversa, o direito de petição está assegurado pela Constituição Federal, razão pela qual não poderá se omitir quanto às irregularidades encontradas no edital em epígrafe.

É poder-dever do Administrador Público conhecer e rever, de ofício, aqueles atos administrativos que afrontem a legislação pátria, eis que a existência de ilegalidade, caso não seja sanada em tempo hábil, fatalmente ensejará no fracasso do certame, seja por macular todas suas fases sucessivas, seja por eivar o próprio contrato de nulidade, causando enormes prejuízos à Administração Pública.

## **2. FATOS E FUNDAMENTOS**

O ente lançou o Pregão Eletrônico nº 74/2020, com objetivo de registrar preço visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços (com fornecimento de peças e acessórios) para manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares de todas as Unidades de Saúde do Município de Navegantes/SC, através do Fundo Municipal de Saúde.

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br

Da análise perfunctória do mencionado edital se verifica que o procedimento licitatório se encontra eivado de irregularidades, em ofensa às mais variadas normas de licitação, em especial, àquelas que resguardam a lisura do certame, senão vejamos:

## **2.1 DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA – SUBITEM 5.5.1**

Conforme se denota da exigência prevista no subitem 5.5.1, o edital estabelece que os participantes deverão apresentar:

5.5.1 Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, constando a manutenção dos seguintes equipamentos: raios-x, conjunto odontológico e compressor.

Pois bem.

Em suma, o edital contempla dois lotes, sendo um de manutenção de equipamentos médicos e outro relativo aos equipamentos odontológicos.

Ocorre que, a redação da exigência mencionada, em princípio, prevê comprovação de aptidão apenas para o Lote de equipamentos odontológicos, sendo equipamento de Raio X, conjunto odontológico e compressor.

Ressalta-se, por sinal, que o Termo de Referência apresenta lista totalmente incompleta quanto aos equipamentos que fazem parte do

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br



parque tecnológico utilizado nas Unidades de Saúde e, quanto ao Raio X, o único equipamento mencionado é de utilização odontológica (subitem 4.3 do Termo de Referência).

Diante da incompletude da descrição do objeto, o que inviabiliza a formulação da exigência de qualificação técnica para serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares, e, ainda, em decorrência do flagrante erro na formulação do quesito, a impugnante requer seja retificado o edital, no sentido de constar comprovação de aptidão em serviço compatível com o previsto no edital ou, ao menos, que o ente efetivamente descreva serviço atinente ao Lote de equipamentos médico-hospitalares, sob pena de nulidade.

## **2.2 - Exigência de Engenheiro Eletricista do Subitem 5.5.3 – Omissão referente ao profissional Engenheiro Mecânico**

Noutro ponto, o edital exige que a participante tenha, em seu quadro permanente, Engenheiro Eletricista com responsabilidade técnica pelos serviços pertinentes a serem executados.

Veja-se, primeiramente, que em relação ao presente tópico, a redação atinente à capacidade técnica está divergente da prevista no subitem 5.5.1.

Quanto ao requisito propriamente dito, a parte pondera que o edital contempla serviços de manutenção preventiva e corretiva de

equipamentos médicos e odontológicos, cuja responsabilidade não é exclusiva do profissional indicado no edital.

Serão realizados serviços relativos à parte mecânica, sendo de responsabilidade do Engenheiro Mecânico, bem como serviços da área de elétrica, de responsabilidade do Engenheiro Eletricista.

Desta maneira, o edital erroneamente exige um único profissional como responsável, o qual não detém competência para responder tecnicamente pela totalidade do objeto, cumprindo ao ente retificar o ato convocatório, com a inserção de engenheiro mecânico, sob pena de mácula ao certame.

Por fim, denota-se que o edital exige comprovação de possuir o profissional em seu quadro técnico, no entanto, não informa de que maneira será admitido o cumprimento da exigência, o que implica em regra manifestamente subjetiva e, portanto, não se coaduna com a norma aplicável aos certames públicos.

### **2.3 – Certidão de Acervo Técnico de Profissional de Nível Superior de Serviços Compatíveis – Subitem 5.5.4**

Na presente exigência, o ente apresenta uma terceira redação com relação ao quesito capacidade técnica, fazendo constar serviços compatíveis de manutenção/instalação de equipamentos odonto-médico-odontológicos.

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br

Em linhas gerais, o ente não especifica para qual lote o licitante deverá comprovar a respectiva experiência, bem como não faz menção aos equipamentos hospitalares previstos no Termo de Referência.

A propósito, a redação de equipamentos odontológicos é reiterada, cumprindo ao ente retificar o ato convocatório, bem como explicitar que a exigência é relativa apenas ao Lote pertinente.

**2.4 – Projeto básico incompleto - Ausência de relação de equipamentos para o Lote de Equipamentos médico-hospitalares e ausência de informações mínimas quanto ao Lote de Equipamentos odontológicos – Impossibilidade de prosseguimento do certame**

Além das questões já apontadas, o edital não possui termo de referência/projeto básico.

Da análise do edital e seus anexos, verifica-se que a lista de equipamentos referente ao lote de equipamentos médico-hospitalares é praticamente inexistente e, quanto ao lote de equipamentos odontológicos, a lista está incompleta e, de igual modo, não apresenta informações mínimas e nem o quantitativo, o que inviabiliza a formulação da proposta e, por conseguinte, o prosseguimento do feito.

Em outras palavras, os potenciais interessados não tem como mensurar qual a dimensão do objeto e, portanto, a exigência deve ser

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br



revista, com a explicitação do que será considerado similar, eis que é vedado ao agente público apresentar exigência de habilitação e/ou julgar com subjetividade.

Sobre a questão, a Lei nº 8.666/93, explicita que:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, [...]

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.



§ 1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Em conclusão, diante da ausência de projeto básico, cumpre ao ente apresentar esclarecimento, bem como a devida retificação do edital, sob pena de violação aos Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, e, principalmente, do Julgamento Objetivo, o que certamente maculará o prosseguimento do certame.

## **2.5 – Ausência de discriminação das peças para o Lote de equipamentos médico-hospitalares.**

Ainda quanto ao projeto básico, verifica-se que o edital apresenta relação de peças apenas para um dos lotes, conforme se observa no ANEXO A.

Logo, também não poderá prosseguir por tal motivo.

## **2.6 – Necessidade de Exigência de INMETRO - Omissão**

Por fim, o edital prevê, em seu subitem 12.7, que os serviços deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas vigentes PERTINENTES A CADA ITEM, **em conformidade com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia)**, normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), quando aplicáveis, e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/90).

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br



Pois bem.

Quanto ao objeto do edital, observa-se que contempla balança (não indicada pelo contratante por omissão do termo) e esfigmomanômetro (indicado no termo), cuja manutenção/calibração é regulamentada pelo INMETRO, e, portanto, apenas empresas devidamente registradas e homologadas estão aptas à prestação dos serviços, de modo que compete ao ente exigir a competente documentação, sob pena de cometimento de ilegalidade.

Quanto à exigibilidade do registro em licitação pública, a Lei 8.666/93 estabelece que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.**

Com o devido respeito, a licitante não almeja criar qualquer problema ao ente, mas tão-somente alertar acerca dos possíveis problemas que a ausência da exigência supramencionada poderá acarretar.

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br

Como condição de habilitação, portanto, deverá ser exigida a apresentação dos Atestados de Autorização, emitidos pelo INMETRO, para execução de serviços de manutenção e/ou reparo em Esfigmomanômetros (aparelhos de pressão), quando for o caso (conforme o lote).

Em não sendo retificado o edital, o ente estará cometendo ilegalidade, eis que com a omissão acerca do tema permitir-se-á a participação de empresas que não preenchem os requisitos legais específicos para contratar com a Administração Pública, o que poderá ocasionar, no mínimo, o fracasso do certame.

Em conclusão, o ente tem o poder/dever de exigir que empresas interessadas no certame comprovem estar habilitadas para realização da manutenção em equipamentos regulamentados pelo INMETRO, não havendo que se falar em discricionariedade, posto que a omissão acarretará na convivência com o exercício ilegal da atividade.

Por fim, na hipótese de restar alguma dúvida quanto à necessidade do registro para realização dos serviços, esta Administração poderá realizar uma simples consulta diretamente ao INMETRO-SC, localizado no Município de São José/SC.

### **3. CONCLUSÃO**

Feitas estas considerações, requer-se o recebimento da presente Impugnação para que se proceda o esclarecimento/retificação do ato convocatório, em especial para:

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br

- a) Quanto ao subitem 5.5.1, diante do manifesto equívoco, a impugnante requer seja retificado o edital, no sentido de constar comprovação de aptidão em serviço compatível com o previsto no edital ou, ao menos, que o ente efetivamente descreva serviço atinente ao Lote de equipamentos médico-hospitalares;
- b) Quanto ao subitem 5.5.3, o edital erroneamente exige um único profissional como responsável, o qual não detém competência para responder tecnicamente pela totalidade do objeto, cumprindo ao ente retificar o ato convocatório, com a inserção de engenheiro mecânico, perfazendo dois responsáveis técnicos, cada qual com aptidão técnica na área de formação, sob pena de mácula ao certame.
- c) Ainda em relação ao subitem 5.5.3, esclarecer de que maneira será admitido o cumprimento da exigência, eis que o edital não informa o que será considerado para fins de comprovação do vínculo;
- d) Quanto ao subitem 5.5.4, o edital não especifica para qual lote o licitante deverá comprovar a respectiva experiência, bem como não faz menção aos equipamentos hospitalares previstos no Termo de Referência, de modo que deverá ser retificado.
- e) Da análise do edital e seus anexos, verifica-se que a lista de equipamentos referente ao lote de equipamentos médico-

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br






hospitalares é praticamente inexistente e, quanto ao lote de equipamentos odontológicos, a lista está incompleta e, de igual modo, não apresenta informações mínimas e nem o quantitativo, o que inviabiliza a formulação da proposta e, por conseguinte, o prosseguimento do feito.

f) Em complemento ao subitem acima, não foi apresentada a lista de peças para o Lote de equipamentos médico-hospitalares, caracterizando mais uma irregularidade a ser sanada.

g) Por fim, diante do objeto da contratação, o ente tem o dever de exigir que empresas interessadas no certame comprovem estar habilitadas para realização da manutenção em equipamentos regulamentados pelo INMETRO, não havendo que se falar em discricionariedade, posto que a omissão acarretará na conivência com o exercício ilegal da atividade.

Nestes termos, pede deferimento.

Itajaí, 21 de janeiro de 2021.



**Leonardo da Silva Pereira**

Sócio

**Del Serviços Eletromecânicos LTDA**

**Gilberto Otávio Bazen Rigo**

OAB/SC 39.447

CNPJ: 18.816.867/0001-85

R. José Pereira Liberato, 987, sala 111 e 112 - São João, Itajaí - SC, 88303-401

Telefone: (47) 2033-7935 | E-mail: contato@deltecnologia.com.br